



AZ@BXL

Número: 259 Data: 2023.02.10

No título: [ilha de São Jorge](#)

Nota: São Jorge, com aproximadamente 1,32 milhões de anos, resultou de atividade vulcânica basáltica fissural, daí a sua forma alongada com inúmeros cones vulcânicos do tipo estromboliano alinhados em direção ONO-ESE (oés-noroeste – lés-sudeste). Em termos morfológicos, esta ilha é essencialmente planáltica, estando cerca de dois terços da sua superfície a altitudes que variam entre 300 e 800 metros e predominando a existência de declives muito acentuados a escarpados, nomeadamente nas arribas litorais, algumas das quais com cotas que rondam os 600 metros. É frequente, na base das arribas, a existência de pequenas áreas aplanadas ao nível do mar, as famosas fajãs, uma singularidade desta ilha.

As fajãs são o fenómeno geológico mais típico de São Jorge. Existem cerca de 74 em toda a ilha que se formaram por dois processos: as escoadas lávicas (lávicas), quando escoadas lávicas avançaram mar adentro; e por movimentos de massa de vertente (destríticas), ou seja, quando por instabilização das arribas e pela ação erosiva há movimentação de detritos que se acumulam na base destas. Na zona oriental da ilha (a mais antiga), formaram-se as fajãs destríticas mais peculiares: a dos Cubres; a da Caldeira de Santo Cristo; a dos Vimes; a dos Bodes e a de São João. São Jorge foi palco de diversas erupções históricas desde o seu povoamento. Os últimos fenómenos vulcânicos ocorridos na ilha foram as erupções subaéreas de 1580 e 1808 e a erupção submarina de 1964, a sudoeste dos Rosais.

A ilha de São Jorge regista 188 taxa endémicos no meio terrestre (três fungos, 63 plantas e 122 animais), o que corresponde a 41 % do total dos Açores. Os artrópodes são o grupo mais representativo com 86 taxa, destacando-se algumas espécies endémicas de São Jorge, que constituem um relevante e valioso património natural. Relativamente à flora, ao longo da ilha, destacam-se as comunidades de cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*), urze (*Erica azorica*) e louro-da-terra (*Laurus azorica*). Possui ainda várias áreas classificadas na Rede Natura 2000 e dois Sítios Ramsar: Planalto Central de São Jorge (Pico da Esperança) e Lagoas das Fajãs da Caldeira e dos Cubres.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Conclusões da reunião extraordinária do Conselho Europeu](#)

[Aprovado parecer “Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das RUP”](#)

[Aprovados relatórios de parecer das comissões BUDG e EMPL do Parlamento Europeu respeitantes às RUP](#)

[NextGenerationEU: Portugal recebe 1,8 mil milhões de euros a título do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#)

[Técnicas de modificação genética: TJUE precisa o estatuto da mutagenese aleatória in vitro à luz da Diretiva OGM](#)

[Apresentadas recomendações sobre o futuro da proteção e do Estado social na União Europeia](#)

[Proteção civil: UE define os objetivos em matéria de resiliência a catástrofes](#)

[Desempenho energético dos edifícios: neutralidade climática até 2050, segundo a ITRE](#)

[Zelenskyy afirma que Rússia é uma grave ameaça ao modo de vida europeu](#)



13 a 16 de fevereiro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Reunidos em Estrasburgo, França, os deputados ao Parlamento Europeu irão [debater](#), entre outros, os seguintes assuntos: os capítulos REPowerEU dos planos de recuperação e resiliência; os direitos eleitorais dos cidadãos móveis da União nas eleições para o Parlamento Europeu; a revisão da reserva de estabilização do mercado do sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa da União; as alterações ao Regulamento relativo aos fundos europeus de investimento a longo prazo (ELTIF); o estabelecimento do programa Conectividade Segura da União para o período 2023-2027; o acesso a matérias-primas essenciais estratégicas; ou Comunicação da Comissão Europeia «Assegurar a disponibilidade e a acessibilidade dos adubos».

Até 14 de fevereiro



Sistema de comércio de licenças de emissão da UE — alteração do Regulamento Registo

O Registo da União garante uma contabilização exata de todas as licenças de emissão emitidas no âmbito do sistema de comércio de licenças de emissão da UE. Esta iniciativa alterará o Regulamento Registo a fim de: fornecer informações pertinentes às entidades com direito a receber dados do registo; acrescentar uma entidade à lista de instituições que podem receber informações de registo; implantar medidas de segurança constantes do plano de segurança de 2019; disponibilizar aos titulares de contas orientações mais completas sobre a correta comunicação de transações bilaterais. Os comentários devem ser introduzidos [aqui](#).



Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia. O Conselho [procederá](#) a uma troca de pontos de vista sobre o [impacto](#) económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Os ministros trocarão pontos de vista sobre a análise da governação económica, com base na [comunicação](#) da Comissão sobre as orientações para uma reforma do quadro de governação económica da UE. O Conselho poderá ainda [adotar](#) decisões de execução, no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, relativas às atualizações dos planos nacionais de recuperação.

Até 15 de fevereiro



Novos pedidos de financiamento ao abrigo do Programa Europa Digital para aumentar a ciberresiliência

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite às empresas, administrações públicas e outras organizações para apresentarem propostas de soluções inovadoras de cibersegurança e para se candidatarem ao financiamento da UE ao abrigo do [Programa Europa Digital](#). Um investimento de 176,5 milhões de euros de subvenções irá no sentido de melhorar os instrumentos e infraestruturas para uma cooperação reforçada em matéria de cibersegurança entre os Estados-Membros e a Comissão.

Os convites visam reforçar a cibersegurança das infraestruturas de redes 5G, apoiando serviços seguros e melhorando as capacidades de teste e certificação de soluções e serviços tecnológicos. As respetivas subvenções apoiarão também a implementação das [novas regras sobre cibersegurança de redes e sistemas de informação \(Diretiva NIS2\)](#) na legislação nacional, bem como a capacidade dos Centros de Operações de Segurança em toda a UE para recolher e partilhar informações sobre incidentes cibernéticos. O objetivo é ajudar a aumentar a resiliência e a capacidade da UE em matéria de cibersegurança para proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. Os convites estão abertos até 15 de fevereiro de 2023.



Uma abordagem abrangente da saúde mental

A saúde mental é um grande desafio social para a UE. Afeta profundamente a saúde e o bem-estar das pessoas e tem profundas implicações para a economia e a coesão social. Esta iniciativa estabelece de que forma a ação a nível da UE pode ajudar a promover uma boa saúde mental e a prevenir, atenuar e responder a desafios em matéria de saúde mental; e de que forma as considerações de saúde mental devem ser tidas em conta numa grande variedade de políticas resilientes tanto nacionais como da União em benefício das pessoas em toda a UE.

O [período para apresentação de comentários](#) relativos a esta proposta de comunicação da Comissão Europeia encerra a 15 de fevereiro.

16 de fevereiro



Webinar "Centralização EMODnet: um Oceano, Uma EMODnet"

A [Rede Europeia de Observação e Dados Marinhos \(EMODnet\)](#) está a organizar um webinar público, com o objetivo de demonstrar a nova base de dados integrada. O evento decorrerá a 16 de fevereiro. As [inscrições são gratuitas e estão abertas a todos](#).

22 de fevereiro



Webinar sobre a cadeia alimentar europeia promovido pelo Eurostat

O Gabinete de Estatísticas da União Europeia, Eurostat, irá organizar no próximo dia 22 de fevereiro um [webinar dedicado à cadeia alimentar europeia](#). O webinar será transmitido no [sítio web do Eurostat](#) e na conta do [Eurostat no Facebook](#). Está aberto a qualquer pessoa interessada, e não há necessidade de se registar. Haverá uma oportunidade de fazer perguntas através do [Slido](#).

Até 23 de fevereiro



Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o [segundo conjunto de convites à apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa "[Connecting Europe Facility Digital](#)". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras, rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a [jornada informativa virtual](#) de 25 de outubro.

Até 24 de fevereiro



EYE2023: Encontro Europeu da Juventude

Nos dias 9 e 10 de Junho, milhares de pessoas com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos, oriundas de todos os países da União Europeia (UE) vão reunir-se no Parlamento Europeu em Estrasburgo, na França, para o [Encontro Europeu da Juventude](#) (EYE), para formularem e partilharem as suas ideias sobre o futuro da Europa. Juntamente com peritos, ativistas, influenciadores, criadores de conteúdo e decisores políticos, os jovens terão a oportunidade de interagir, trocar pontos de vista e de se inspirar no coração da democracia europeia.

Quem tem entre 16 e 30 anos pode [participar](#) do EYE2023. O prazo para inscrição é 24 de fevereiro até às 21:59 (hora dos Açores). As inscrições individuais serão aceites por ordem de chegada. Embora a participação no evento seja gratuita, a organização da mesma, assim como o pagamento da viagem e do alojamento em Estrasburgo são da responsabilidade do participante.

Até 28 de fevereiro



Ocean Pitch Challenge – Edição de 2023

O [concurso](#) está aberto a todos os "[solucionistas](#)" para os oceanos. O concurso visa premiar soluções com um impacto positivo ou pelo menos neutro para os oceanos e para os seus ecossistemas marinhos e costeiros. Os prémios serão entregues a 23 de maio de 2023.

4 de março



A Europa na Escola: inscrições abertas para formação de professores

Estão abertas, até 13 de fevereiro, as inscrições para a 4ª edição da Ação de Curta Duração "[A Europa na Escola – Formação para Professores](#)", que decorrerá à distância (de forma síncrona e em horário pós-laboral) durante o mês de março. A ação [decorre](#) à distância (de forma síncrona) e tem como objetivo promover o conhecimento sobre a União Europeia e capacitar os professores dos diferentes níveis de escolaridade (1º CEB, 2º CEB, 3º CEB, Ensino Secundário e Ensino Profissional) para o desenvolvimento de atividades de educação sobre a União Europeia, envolvendo os alunos nos diversos domínios da [Educação para a Cidadania](#).

Cada ação terá uma duração total de seis horas repartidas por dois dias, tem um carácter tutorial e visa apoiar os docentes na utilização de guias, um para cada nível de ensino, criados com base em recursos e ferramentas sobre a União Europeia, como por exemplo o [Espaço de Aprendizagem](#). Os professores candidatos poderão escolher entre as cinco ações disponíveis programadas, todas a decorrer em março de 2023, em horário pós-laboral (ver cronogramas infra).

O projeto "[A Europa na Escola – Formação para Professores](#)" é uma iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com a Direção-Geral da Educação e o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, que tem por objetivo promover o conhecimento sobre a União Europeia junto da comunidade educativa em todos os níveis de ensino e contribuir para a formação e valorização de uma cidadania democrática e participativa.

6 a 10 de março



Conferência sobre Novas Técnicas e Tecnologias no domínio da Estatística

O [New Techniques and Technologies for Statistics \(NTTS\)](#) é uma série de conferências científicas bienais internacionais, organizadas pelo Eurostat, sobre novas técnicas e métodos para as estatísticas oficiais e o impacto das novas tecnologias nos sistemas de recolha, produção e divulgação de estatísticas. A NTTS 2023, a 12ª edição, será uma conferência híbrida e terá lugar em março de 2023.

O objetivo da conferência é tanto permitir a apresentação dos resultados dos projetos de investigação e inovação atualmente em curso nas estatísticas oficiais, como estimular e facilitar a preparação de novos projetos inovadores (encorajando a troca de pontos de vista e a cooperação entre investigadores - incluindo a possível construção de consórcios de investigação) com o objetivo de melhorar a qualidade e a utilidade das estatísticas oficiais. A conferência reúne académicos, estatísticos e utilizadores de dados para discutir, estabelecer redes e trocar ideias. [Inscrições](#) e demais informações [aqui](#).

Até 8 de março



Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pós-doutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions'](#) (MSCA) [cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais \(COFUND\)](#). O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta [ligação](#).

13 a 15 de março



4ª Edição do FI CAMPUS 2023 - Instrumentos financeiros em tempos de mudança

A Comissão Europeia (DG REGIO, DG EMPL, DG AGRI, DG HOME e DG MARE) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) estão a organizar a quarta edição do evento emblemático "FI CAMPUS 2023 - Instrumentos financeiros em tempos de mudança".

O evento reunirá profissionais e peritos das autoridades de gestão de fundos de gestão partilhada da UE, organismos de implementação de instrumentos financeiros, Comissão Europeia, Grupo Banco Europeu de Investimento e outras partes interessadas. Todas as informações, assim como as inscrições poderão ser consultadas [aqui](#).

14 de março



Poluição da água – Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta iniciativa procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta. O [período de apresentação de comentários](#) encerra a 14 de março.



Gestão integrada dos recursos hídricos – listas revistas de poluentes da superfície e de águas subterrâneas

De acordo com uma recente avaliação («balanço de qualidade»), a legislação europeia no domínio dos recursos hídricos é, na sua generalidade, adequada à sua finalidade. No entanto, é necessário melhorar determinados aspetos, como o investimento, as normas de execução, a integração dos objetivos no domínio dos recursos hídricos noutras políticas, a poluição química, a simplificação administrativa e a digitalização.

Esta iniciativa tem a ver com as conclusões sobre a poluição química e a obrigação legal de rever regularmente as listas de substâncias prioritárias e de poluentes das águas subterrâneas. Os comentários podem ser partilhados [aqui](#).

Até 15 de março



Comissão Europeia lança inquérito sobre práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar

A Comissão Europeia lançou o seu [terceiro inquérito anual](#) para avaliar a eficácia das medidas da UE contra as práticas comerciais desleais nas cadeias de abastecimento agroalimentar. O inquérito destina-se a agricultores, trabalhadores independentes e empresas ativas na produção, distribuição, transformação ou venda por grosso da cadeia de abastecimento agroalimentar.

As respostas fornecerão provas relevantes para o desenvolvimento das políticas da UE na sequência da implementação da [Diretiva de Práticas Comerciais Desleais](#) em 2021 e 2022. O inquérito está aberto até 15 de março de 2023 e os resultados serão então partilhados em linha.

16 de março



Pescas - Diretiva relativa à Segurança dos Navios de Pesca (avaliação)

A Comissão Europeia realizará uma avaliação da Diretiva relativa à Segurança dos Navios de Pesca (Diretiva 97/70/CE). Esta diretiva implementa o Protocolo de Torremolinos de 1993 sobre a segurança dos navios de pesca. A avaliação dará uma imagem exata da implementação e aplicação da diretiva. Avaliará a segurança dos navios de pesca à luz dos recentes melhoramentos técnicos em matéria de segurança da marinha mercante, e se o âmbito de aplicação da diretiva deve ser alargado para incluir navios mais pequenos. Os contributos das partes interessadas podem ser carregados [aqui](#).



Redução dos resíduos de embalagens – revisão das regras em vigor

A «economia circular» implica a redução dos resíduos e a reutilização e reciclagem dos bens. Isto significa que também é necessário reduzir os resíduos de embalagens e que estas devem ser mais fáceis de reciclar. A Comissão irá rever os requisitos aplicáveis às embalagens e resíduos de embalagens na UE, analisando, nomeadamente, soluções para: melhorar a conceção das embalagens a fim de promover a sua reutilização e reciclagem; aumentar a parte de material reciclado nas embalagens; combater o excesso de embalagens; reduzir os resíduos de embalagens. O [período para apresentação de comentários](#) referentes a esta proposta de regulamento terão de ser carregados, o mais tardar, a 16 de março.

17 de março



Conferência anual do Serviço Jurídico da Comissão Europeia

Ao completarem-se 70 anos, o evento do Serviço Jurídico da Comissão Europeia é uma grande oportunidade para realçar a importância da legislação da UE para os cidadãos e para facilitar um fórum de discussão dos desafios mais prementes nos círculos jurídicos.

A partir de agora, o Serviço Jurídico reunirá todos os anos todos os atores do direito comunitário: juizes, advogados, conselheiros internos, académicos, advogados nas instituições da União, administrações dos Estados-Membros, ONGs, bem como outras partes interessadas, para um intercâmbio sobre temas centrais do direito comunitário.

Encontrará [aqui](#) um projeto de programa e a ligação para a inscrição para a primeira Conferência Anual do Serviço Jurídico da Comissão Europeia. Para aceder à plataforma de registo, os participantes têm de utilizar ou criar uma conta de Login da UE (com nome, apelido e endereço de correio eletrónico).

Até 22 de março



Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida — avaliação

A Recomendação do Conselho, de 22 de maio de 2017, relativa ao Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida visa melhorar a transparência, a comparabilidade e a portabilidade das qualificações das pessoas.

Convida a Comissão a examinar e avaliar, em cooperação com os países da UE e após consulta das partes interessadas, as medidas tomadas em resposta a esta recomendação e a apresentar ao Conselho, até 2022, um relatório sobre a experiência adquirida e as implicações para o futuro. Submissão de contributos [aqui](#).

Até 23 de março



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes a uma governação inovadora, observações ambientais e soluções digitais de apoio ao Pacto Ecológico Europeu

Dentro deste domínio serão aprovadas propostas de projetos que visam a digitalização na agricultura e silvicultura: mercados de dados e tecnologias e infraestruturas digitais - situação e prospetiva num ambiente regulamentar, comercial e técnico em rápida mudança, e tecnologias digitais de apoio à deteção precoce fitossanitária, vigilância do território e medidas fitossanitárias. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

23 e 24 de março



«A tua Europa, a tua voz» de 2023

«A tua Europa, a tua voz» celebra a sua 14.ª edição em 2023, regressando ao formato presencial após três anos. A nova edição tem como tema «Diálogos com a juventude sobre a democracia» e terá lugar em 23 e 24 de março de 2023.

A edição de 2023 realiza-se após um ano difícil, dominado pela crise ucraniana, pelas ameaças a regimes pacíficos e por desafios sociais e económicos imprevisíveis causadores de mudanças sistémicas, e centrar-se-á na forma de sensibilizar para os valores democráticos, fomentando ao mesmo tempo o pensamento crítico e a capacitação e participação dos jovens.

Durante o evento, os alunos participarão num conjunto de ateliês e atividades interativas com o objetivo de formular recomendações que serão apresentadas às instituições europeias e aos responsáveis e decisores políticos europeus de alto nível. Mais informações [aqui](#).

28 de março



Fórum sobre o Futuro da Agricultura 2023

A [Conferência Anual do Fórum sobre o Futuro da Agricultura](#) terá lugar, em Bruxelas, a 28 de março de 2023 e consistirá em apresentações ao vivo, painéis de debate, intervenções interativas e oportunidades de trabalho em rede. Poderá também acompanhar os trabalhos por meios telemáticos. As [inscrições](#) já se encontram abertas.



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos relacionados com a biodiversidade e serviços ecossistémicos

O Programa de Trabalho do Horizonte Europa “Cluster 6” 2023 oferece oportunidades de investigação e inovação que visam reduzir a degradação ambiental, travar e inverter o declínio da biodiversidade e melhorar a gestão dos recursos naturais nas zonas urbanas e rurais. Ajudará a garantir a segurança alimentar e nutricional dentro dos limites dos recursos planetários, e um ambiente limpo e saudável através do conhecimento, inovação e digitalização na agricultura, nos sistemas alimentares e na silvicultura.

Os projetos do “Cluster 6” apoiam a transição para uma economia circular de baixo carbono e eficiente em termos de recursos e uma bioeconomia sustentável. O capítulo “Biodiversidade e serviços ecossistémicos” ajudará a desenvolver práticas na agricultura e silvicultura que apoiam a utilização sustentável da biodiversidade e uma vasta gama de serviços ecossistémicos. Os tópicos neste capítulo visam preservar e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas essenciais, assegurando simultaneamente uma produção primária resiliente, através de um melhor conhecimento e inovação. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos referentes a um ambiente limpo e poluição zero

Os projetos devem ser submetidos versando soluções inovadoras na agricultura para a disponibilidade e qualidade da água, e otimização da utilização dos efluentes pecuários procurando mitigar as emissões de GEE e minimizar a dispersão de nutrientes/contaminantes no ambiente. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

30 de março



5º Evento Europeu de Produtos de Qualidade e de Origem

A AREPO organizará, no dia 30 de março, em Bruxelas, o "[Evento Europeu de Produtos de Qualidade e Origem](#)" no âmbito da *AGROSMARTglobal*. Esta será a 5ª edição do evento e irá reunir instituições europeias, autoridades regionais e produtores regionais.

A [AGROSMARTglobal](#) "Espaço para a competitividade, promoção e expansão internacional inteligente das cooperativas agroalimentares nas zonas rurais do Sudoeste" é um projeto europeu cofinanciado pelo [Programa Interreg Sudoeste](#) 2014-2020 no âmbito do Eixo Prioritário 2: Estimular a competitividade e a internacionalização das PME do sudoeste da Europa.

Até 12 de abril



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes a sistemas alimentares justos, saudáveis e amigos do ambiente, desde a produção primária até ao consumo

Tópicos que se enquadram neste capítulo aceleram a transição para sistemas alimentares sustentáveis e mais resilientes. Dará poder aos agricultores e silvicultores através de inovações baseadas na natureza, tecnologia, digitalização e carácter social. Tal aumentará a resiliência climática e reduzirá a dependência de pesticidas e antimicrobianos. Também fornecerá aos consumidores alimentos seguros, nutritivos e saudáveis. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes aos solos, oceanos e água para a ação climática

A investigação e inovação neste domínio ajudarão os agricultores a contribuir significativamente para a neutralidade climática. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).



Horizonte Europa (cluster 6): Candidaturas de projetos respeitantes às comunidades rurais, costeiras e urbanas resilientes, inclusivas, saudáveis e verdes

As candidaturas devem contribuir para melhores inovações digitais, sociais e comunitárias para zonas rurais, costeiras e urbanas resilientes e prósperas. Serão apoiadas sinergias através de laboratórios vivos, aldeias inteligentes ou grupos operacionais EIP-AGRI. Novos modelos de governação que promovam a troca de conhecimentos, ferramentas inovadoras e soluções digitais capacitarão e ligarão os agricultores, permitindo a resiliência e sustentabilidade. Os projetos devem ser carregados [aqui](#). Mais informações [aqui](#).

Até 24 de abril



Acordos respeitantes à sustentabilidade na agricultura - consulta sobre o projeto de orientações relativas à exclusão de abusos de posição dominante

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) convidando todas as partes interessadas a comentar o seu [projeto de proposta de Orientações](#) sobre a forma de conceber acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura ("Orientações") utilizando a nova exclusão das regras de concorrência da UE introduzida durante a recente reforma da PAC.

O artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia proíbe em geral os acordos entre empresas que restringem a concorrência, tais como os acordos entre concorrentes que conduzem a preços mais altos ou a quantidades mais baixas. Contudo, o [artigo 210a do Regulamento 1308/2013](#) (acordos e práticas concertadas de organizações interprofissionais reconhecidas) que estabelece uma organização comum de mercado de produtos agrícolas ("Regulamento OCM") exclui dessa proibição certos acordos restritivos no setor agrícola, quando esses acordos são indispensáveis para alcançar padrões de sustentabilidade.

Até 3 de maio



Oportunidades de aprendizagem (mobilidade para fins de aprendizagem) no estrangeiro, na Europa, para todos – Proposta de recomendação

Esta iniciativa visa promover as oportunidades de aprendizagem e ensino no estrangeiro, na Europa, em todos os setores e para todos os níveis de aprendizagem formal, não formal e informal, enquanto componente fundamental do Espaço Europeu da Educação. Irá: identificar os obstáculos à mobilidade para fins de aprendizagem; fornecer orientações sobre a superação desses obstáculos; promover a mobilidade para fins de aprendizagem e identificar possíveis incentivos; tornar a mobilidade para fins de aprendizagem mais inclusiva do ponto de vista social e respeitadora do ambiente e associá-la mais às oportunidades de aprendizagem digital. O período de consulta pública termina no próximo dia 3 de maio. As partes interessadas poderão carregar os seus comentários nesta [ligação](#).

16 de maio



Migrantes: convite à apresentação de propostas para financiar ações de integração e percursos complementares

A 17 de janeiro, a Comissão Europeia [lançou](#) um novo [convite](#) à apresentação de propostas para subvenções no valor de 40 milhões de euros ao abrigo do [Fundo de Integração, Migrações e Asilo \(AMIF\)](#). O convite está aberto até 16 de maio de 2023. Os beneficiários essenciais dos projetos são os migrantes, incluindo as pessoas com necessidade de proteção.

O papel das autoridades locais e regionais na [inclusão e integração de migrantes](#) poderá ser igualmente participado. O financiamento estará também disponível para ações que promovam a integração no mercado de trabalho, por exemplo, através da promoção da cooperação entre parceiros económicos e sociais, empregadores e organismos públicos. O convite aborda

igualmente a promoção de percursos complementares ligados ao trabalho, apoiando a integração na educação, bem como uma prioridade sobre a proteção das crianças na migração.

Até 31 de maio



Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como **o apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).

20 a 22 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2023

O tema desta edição será "Acelerar a transição para energias limpas - faturas menores e maiores competências". A semana europeia é o maior evento anual dedicado às energias renováveis e à utilização eficiente da energia na Europa. Compreende uma série de atividades destinadas a construir um futuro energético seguro para a Europa. Inscrição e restantes informações [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Técnicas de modificação genética: TJUE precisa o estatuto da mutagénese aleatória in vitro à luz da Diretiva OGM

O Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) veio dizer que os organismos obtidos através da aplicação in vitro de uma técnica/método de mutagénese que tem sido convencionalmente utilizada num certo número de aplicações e tem um índice de segurança comprovado à luz destas aplicações estão [excluídos](#) do âmbito de aplicação da [Diretiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Março de 2001, relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados](#).

A Diretiva 2001/18/CE estabelece uma metodologia comum para avaliar, caso a caso, os riscos ambientais associados à libertação de organismos geneticamente modificados (OGM), bem como princípios comuns para a monitorização dos OGM após a sua libertação deliberada ou a sua colocação no mercado. Estas regras preveem, designadamente, uma avaliação antes da colocação no mercado, uma autorização, uma rotulagem ou um acompanhamento após a comercialização. Esta diretiva compreende, contudo, uma isenção aplicável a certas técnicas/métodos de mutagénese que escapam ao seu âmbito de aplicação (a seguir «a isenção»). A mutagénese aleatória consiste em aumentar a frequência das mutações genéticas espontâneas dos organismos vivos. Esta técnica de mutagénese

pode ser aplicada in vitro (os agentes mutagénicos são aplicados em células da planta, sendo a planta inteira em seguida reconstituída artificialmente) ou in vivo (os agentes mutagénicos são aplicados na planta inteira ou em partes de plantas).

Em 2015, um sindicato agrícola francês (a Confédération Paysanne), bem como oito associações que têm por objeto a proteção do ambiente interpuseram um recurso no Conselho de Estado, em formação jurisdicional (França) relativo à exclusão de certas técnicas ou métodos de mutagénese do âmbito de aplicação da regulamentação francesa que procede à transposição da Diretiva 2001/18, relativa à libertação deliberada no ambiente de OGM. Num acórdão proferido em 25 de julho de 2018, o Tribunal de Justiça declarou, nomeadamente, que só os organismos obtidos por meio de técnicas/métodos de mutagénese que têm sido convencionalmente utilizadas num certo número de aplicações e têm um índice de segurança longamente comprovado beneficiam da isenção prevista na Diretiva 2001/18.

Aprovado Parecer do CoR intitulado “Estratégias regionais de adaptação com vista a uma agricultura hipocarbónica”

Foi [aprovado](#) no Comité das Regiões Europeu (CoR) um parecer liderado pela região francesa da Bretanha, onde se refere que "os órgãos de poder local e regional devem ocupar um lugar central na governação da certificação da agricultura hipocarbónica, de forma a apoiar o desenvolvimento de projetos adaptados às necessidades locais e alinhados com as estratégias regionais para a agricultura e o meio rural."

«O novo sistema de certificação da UE para as remoções de carbono deve ter em conta a exploração agrícola no seu conjunto e todas as emissões de gases com efeito de estufa, não apenas o CO₂, e deve conter uma forte dimensão social, ambiental e económica, sob pena de poder prejudicar a segurança alimentar na UE.

As regiões participam diretamente na elaboração e na execução dos planos estratégicos da política agrícola comum em muitos Estados-Membros da UE e contribuem para incentivar práticas sustentáveis que reduzem as emissões de gases com efeito de estufa na agricultura. Além disso, os órgãos de poder local e regional são responsáveis pela aplicação de 70% das medidas de atenuação das alterações climáticas e 90% das medidas de adaptação às mesmas. [Loïc Chesnais-Girard \(FR-PSE\)](#), relator do CoR e presidente da Assembleia Regional da Bretanha, no seu Parecer – [Estratégias regionais de adaptação com vista a uma agricultura hipocarbónica](#), apela para a participação plena destes órgãos de poder no debate sobre a introdução de uma certificação europeia da agricultura hipocarbónica, tendo em conta a sua intervenção no terreno.

A alimentação dos europeus deve continuar a ser a prioridade da agricultura. Por conseguinte, o sistema de certificação do carbono proposto pela Comissão Europeia, em especial para o setor agrícola, deve ser regulamentado em articulação com a política agrícola comum. Por este motivo, as regiões encontram-se na melhor posição para agregar projetos e assegurar que a agricultura hipocarbónica beneficia em primeiro lugar o setor agroalimentar e não vem favorecer o branqueamento ecológico de outros setores que não empreendem esforços suficientes para reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa.»

O relator propõe a adoção de uma abordagem baseada nas práticas que reconhecidamente aumentam e conservam o teor de carbono nos solos, contribuindo ao mesmo tempo para proteger a biodiversidade, em vez de uma abordagem baseada somente nos resultados. Além disso, defende o apoio aos agricultores para que reduzam as emissões de gases com efeito de estufa no seu conjunto, em vez de um sistema centrado unicamente no carbono.

Preços das pizzas e das quiches aumentam 16% em 2022

Os dados de dezembro de 2022 [mostram](#) que o preço das pizzas e das quiches compradas nas lojas na UE foi, em média, 16% mais elevado do que em dezembro de 2021. Em dezembro de 2021, o preço era, em média, apenas 2% mais elevado do que em dezembro de 2020.

Entre os países da UE, o maior aumento da inflação anual foi registado na Hungria (+46% em dezembro de 2022 em comparação com dezembro de 2021), seguida pela Lituânia (+39%) e Bulgária (+37%). Por outro lado, registaram-se aumentos menores no Luxemburgo (+7%), Itália (+10%) e França (+13%).



Ambiente

Crises atuais devem conduzir a uma mudança no ritmo da consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Confrontados com o risco dum abrandamento na luta contra a crise climática e do aumento das disparidades territoriais e sociais, os dirigentes locais e regionais [apelaram](#) a um maior empenhamento da UE para acelerar os esforços para alcançar os [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (ODS). Um número crescente de municípios e regiões está a utilizar os ODS para desenvolver estratégias de recuperação globais sólidas e resilientes. Durante a reunião plenária de 8 de fevereiro do Comité das Regiões Europeu, os dirigentes regionais e locais partilharam com a secretária-geral adjunta das Nações Unidas, Amina J. Mohammed, as boas práticas que têm vindo a implementar no terreno, demonstrando que os municípios e as regiões estão a liderar o caminho para um futuro mais justo, mais ecológico e mais próspero.

Os ODS são potencialmente a única ferramenta capaz de equilibrar a multiplicação de quadros e estratégias para o futuro a todos os níveis, desde o [Acordo de Paris sobre as alterações climáticas](#) aos planos nacionais de recuperação e resiliência, do [Pacto Ecológico Europeu](#) à nova Agenda Urbana. No entanto, são demasiadas vezes negligenciados quando as políticas da UE são concebidas, como

é o caso do [plano de recuperação da Europa](#), e as crises atuais, como a pandemia e o aumento da inflação, podem representar um retrocesso nos progressos no sentido da sua realização.

O presidente do Comité das Regiões Europeu, [Vasco Alves Cordeiro](#), afirmou: « *Estamos apenas a sete anos de 2030 e o prazo para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Continuam a ser o nosso quadro para construir uma Europa mais forte e mais justa para todos, mesmo quando confrontadas com muitas crises diferentes. Os municípios e as regiões estão empenhados em construir uma recuperação socioeconómica que junte as pessoas, o clima e a justiça social. Passar da estratégia à implementação é vital. Os municípios e as regiões são fundamentais para tornar os ODS uma realidade.* »



Coesão e solidariedade interna da UE

NextGenerationEU: Comissão Europeia faz segundo pagamento a Portugal de 1,8 mil milhões de euros a título do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

O pagamento [efetuado](#) a favor de Portugal no valor de 1,8 mil milhões de euros é possível graças ao cumprimento, por Portugal, dos 20 marcos e metas associados à segunda parcela. O desembolso inclui 1,7 mil milhões de euros em subvenções e 109 milhões de euros em empréstimos, líquidos de pré-financiamento. O pedido refere-se a reformas nos domínios da gestão de hospitais públicos e da transição digital nos setores público e privado. Vários marcos e metas dizem igualmente respeito a investimentos significativos nos domínios da saúde, da proteção social, da silvicultura, da gestão dos recursos hídricos, da inovação, da mobilidade sustentável, das competências digitais, da cultura, das finanças públicas e da administração pública.

Como acontece com todos os Estados-Membros, os pagamentos ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR), o principal instrumento no cerne do *NextGenerationEU*, baseiam-se no desempenho e dependem da execução, por Portugal, dos investimentos e reformas descritos no seu Plano de Recuperação e Resiliência. A 30 de setembro de 2022, Portugal apresentou à Comissão Europeia um segundo pedido de pagamento de 1,8 mil milhões de euros ao abrigo do MRR, abrangendo 20 marcos e metas. A 16 de dezembro de 2022, a Comissão adotou uma avaliação preliminar positiva do pedido de pagamento apresentado por Portugal. O parecer favorável do Comité Económico e Financeiro do Conselho sobre o pedido de pagamento abriu caminho à adoção pela Comissão de uma decisão final sobre o desembolso dos fundos.

O Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal será financiado, na sua globalidade, por 15,5 mil milhões de euros em subvenções e 2,7 mil milhões de euros em empréstimos. Os montantes dos pagamentos efetuados aos Estados-Membros são publicados na [grelha de avaliação da recuperação e resiliência](#), que mostra os progressos realizados na execução do MRR no seu conjunto e dos planos individuais de recuperação e resiliência. Portugal já recebeu um pré-financiamento de 2,2 mil milhões de euros em agosto de 2021, seguido de uma primeira parcela ao abrigo do MRR de 1,16 mil milhões de euros em maio de 2022.



Defesa e Segurança

José Manuel Bolieiro destaca “estratégica de orientação política” para a cibersegurança nos Açores

O presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, [destacou](#), em Ponta Delgada, a “responsabilidade estratégica de orientação política, logística e de influência pedagógica” do Executivo em relação à cibersegurança na Região. “O XIII Governo dos Açores foi o primeiro a colocar no seu próprio Programa de Governo uma especial estratégia para a cibersegurança”, garantiu José Manuel Bolieiro, durante a sessão de abertura do seminário “Internet segura: metaverso vs realidade”, realizada na Aula Magna da Universidade dos Açores.

Segundo o chefe do Executivo, em 2022, aproveitando as disponibilidades de cofinanciamento que o Plano de Recuperação e Resiliência permite, o Governo assegurou “um investimento de 2 milhões de euros para o *Azores Cyber 360º*”, com vista ao desenvolvimento das capacidades da Região na cibersegurança, na segurança das redes e dos dados e da informação. “Isso permite que toda a administração pública, e o Governo na sua extensão, possa ter em consideração elementos essenciais no comportamento corporativo ou também individual, explicou o Presidente do Governo.

Efetivamente, salientou também, “há uma complexidade no fenómeno da tecnologia e, em particular, da internet”, que assegura o “dom da ubiquidade”. E é nesse “contexto de presencialidade, de interferência e de participação que importa ter especial sensibilidade”, sublinhou. Este evento, continuou o Presidente do Governo, organizado pelo Centro Nacional de Internet Segura, “é já a melhor pedagogia possível” nesse aspeto.

Para o chefe do Executivo açoriano, “conhecimento é gerador de oportunidades, sendo que todas as oportunidades na vida, como a internet, são virtuosas para o bem e um risco para o mal”, e é por isso que a “maturidade digital” é essencial “nessa dualidade”. “O Governo dos Açores está empenhado em acompanhar, em liderar e em seguir, isto é, estar em todo o lado com todos e em todos as coisas”, evidenciou ainda José Manuel Bolieiro.

Cooperação UE–EUA no domínio da defesa: Conselho aprova convénio administrativo entre a Agência Europeia de Defesa e o Departamento de Defesa

O Conselho [aprovou](#) o projeto de convênio administrativo entre a Agência Europeia de Defesa (AED) e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, com vista à sua assinatura. O convênio tem como objetivo estabelecer um quadro para o intercâmbio de informações e explorar oportunidades de cooperação entre a AED e o Departamento de Defesa dos EUA. Inserem-se no âmbito inicial de tal cooperação: (i) uma instância de intercâmbio e de diálogo - o convênio administrativo permitirá que se realize um diálogo substancial em matéria de defesa no âmbito do mandato da AED e que o Departamento de Defesa seja convidado para assistir às reuniões pertinentes do Comité Diretor, e vice-versa; (ii) atividades específicas, tais como: consultas a respeito do registo de substâncias químicas (por exemplo, Regulamento REACH da UE), da mobilidade militar, de questões relacionadas com as cadeias de abastecimento e das repercussões das alterações climáticas na defesa. A cooperação abrange igualmente a participação nas sessões abertas do Comité Europeu de Normalização no domínio da Defesa.

O âmbito da cooperação poderá, mediante aprovação mútua, ir evoluindo progressivamente. Atualmente, as atividades abrangidas pelos domínios do desenvolvimento de capacidades, bem como da investigação e da tecnologia, ficam fora do âmbito de cooperação. O convênio confirma a relevância da parceria transatlântica em matéria de segurança e defesa e reflete a importância de uma defesa europeia mais forte e dotada de maior capacidade, que contribua para a segurança mundial e transatlântica e seja complementar da NATO.



Economia e Mercado

Comissão procura obter reações sobre aplicação do regulamento relativo às subvenções estrangeiras

A Comissão Europeia [convida](#) as partes interessadas a apresentar as suas observações sobre a aplicação do regulamento relativo às subvenções estrangeiras («RSE»). O [projeto de regulamento de execução](#) clarifica os aspetos práticos e processuais relacionados com a aplicação das novas regras da UE para fazer face às distorções causadas pelas subvenções estrangeiras no mercado único. O período para apresentação de observações terá uma duração de quatro semanas. Os interessados são convidados a apresentar observações até 6 de março de 2023.

O RSE, que entrou em vigor em [12 de janeiro de 2023](#) e começará a ser aplicado em 12 de julho de 2023, permite à Comissão investigar as contribuições financeiras concedidas por países terceiros a empresas que operam na UE e, se necessário, os seus efeitos de distorção. Habilita a Comissão a adotar regras processuais para a aplicação do RSE. Em especial, o projeto de regulamento de execução do RSE clarifica as informações exigidas nos formulários de notificação para concentrações e procedimentos de contratação pública, as regras relativas ao cálculo dos prazos e ao acesso ao processo, bem como os direitos das partes. O projeto de regulamento de execução visa assegurar a eficácia dos procedimentos da Comissão, bem como proporcionar segurança jurídica quanto aos direitos e obrigações processuais das empresas sujeitas às novas regras.

Todas as partes interessadas podem apresentar os seus pontos de vista sobre o projeto de regulamento de execução no portal da Comissão [Dê a sua opinião](#) até 6 de março de 2023. As observações das partes interessadas serão tidas em conta pela Comissão aquando da elaboração do regulamento de execução final, tendo em vista a adoção das regras no segundo trimestre de 2023, antes do início da aplicação do RSE.



Educação

Ano Europeu das Competências 2023: eurodeputados solicitam aposta no desenvolvimento dos trabalhadores da UE

Os eurodeputados [apelaram](#) à UE para intensificar e fazer avançar o desenvolvimento de competências na mão-de-obra da UE, a fim de impulsionar a competitividade, participação e qualidade do mercado de trabalho. Na segunda-feira, a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) adotou o projeto de relatório e concordou em encetar negociações interinstitucionais para o Ano Europeu das Competências 2023, a partir de 9 de maio de 2023 até 8 de maio de 2024.

O projeto de texto foi aprovado com 36 votos a favor, 2 contra e 0 abstenções, enquanto a decisão de encetar negociações interinstitucionais foi aprovada com 35 votos a favor, 2 contra e 1 abstenção. Os eurodeputados querem assegurar que a futura geração de trabalhadores, particularmente os jovens, mulheres, requerentes de asilo e migrantes, possua as competências e o apoio necessários para alcançar o seu desenvolvimento profissional pessoal, bem como uma transição verde e digital bem-sucedida na Europa.

O texto apela à UE a investir em sistemas de aprendizagem ao longo da vida inclusivos e acessíveis e em colmatar lacunas e inadequações de competências da mão-de-obra da UE. Uma educação e formação de alta qualidade deverá facilitar o acesso ao desenvolvimento de competências também por grupos desfavorecidos e cidadãos vulneráveis e proporcionar às empresas, especialmente às pequenas e médias empresas, as competências cruciais de que necessitam para crescer e impulsionar a competitividade da economia da UE. Em particular, os deputados ao Parlamento Europeu salientam como um grande número de europeus carece das competências digitais básicas necessárias na maioria dos locais de trabalho e visam colmatar a escassez de competências básicas de literacia e numeracia.



Seis milhões de pessoas a trabalhar nos transportes da UE em 2021

Em 2021, 6 milhões de pessoas com idades compreendidas entre os 15-64 anos na UE [trabalhavam](#) no setor dos transportes (3,1% do emprego total na UE). Destes, a grande maioria eram homens (82,9% contra 17,1% mulheres). Nove em cada dez pessoas (89,6%) empregadas nos transportes trabalhavam no transporte terrestre (como estradas ou caminhos-de-ferro), enquanto 5,7% trabalhavam no transporte aéreo e 4,7% no transporte marítimo (vias navegáveis interiores ou marítimas).

Entre os países da UE, o maior número de pessoas empregadas no setor dos transportes em 2021 encontrava-se em França (842 mil, 13,9% do total da UE), Polónia (792 mil, 13,1%), Alemanha (689 mil, 11,4%), Espanha e Itália (627 mil e 626 mil, respetivamente; cada um 10,4%). O menor número de pessoas empregadas encontrava-se em Chipre e Malta (5 e 6 mil, respetivamente; cada um 0,1%).

No que diz respeito ao emprego no setor dos transportes por género, as maiores percentagens de mulheres foram registadas em Malta (25,2%), Chipre (24,6%) e Alemanha (24,4%). No outro extremo da escala, as percentagens mais baixas foram registadas na Roménia (9,7%), Croácia (11,5%) e Bulgária (12,1%).



UE chega a acordo sobre o nível dos limites máximos de preço para os produtos petrolíferos russos

O Conselho [decidiu](#) fixar, no passado dia 4 de fevereiro, dois limites máximos de preço para os produtos petrolíferos abrangidos pelo código NC 2710, originários ou exportados da Rússia. Trata-se do preço por barril a que, ou abaixo do qual, os produtos petrolíferos provenientes da Rússia estão sujeitos a uma isenção da proibição de prestar: serviços de transporte marítimo de produtos petrolíferos para países terceiros, e assistência técnica, serviços de corretagem ou financiamento ou assistência financeira relacionados com o transporte marítimo de produtos petrolíferos para países terceiros.

O primeiro limite máximo de preço para os produtos petrolíferos comercializados com desconto em relação ao petróleo bruto é fixado em 45 dólares por barril, ao passo que o segundo limite máximo de preço para os produtos petrolíferos comercializados a prémio em relação ao petróleo é fixado em 100 dólares por barril.

O nível do limite máximo foi estabelecido em estreita cooperação com a Aliança para a Limitação dos Preços e começou a ser aplicável a partir de 5 de fevereiro de 2023. Está previsto um período de transição de 55 dias para os navios que transportam produtos petrolíferos russos, comprados e carregados no navio antes de 5 de fevereiro de 2023 e descarregados antes de 1 de abril de 2023.

Além disso, o Conselho voltará a rever o mecanismo de fixação do limite máximo de preço do petróleo bruto a partir de meados de março, e essa revisão passará a realizar-se periodicamente de dois em dois meses. Face à guerra de agressão da Rússia, a UE mantém-se resolutamente ao lado da Ucrânia e do seu povo e está inabalável no seu apoio à independência, soberania e integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras que lhe são internacionalmente reconhecidas, bem como ao direito inerente de legítima defesa da Ucrânia contra a agressão russa.

Desempenho energético dos edifícios: neutralidade climática até 2050, segundo a ITRE

A Comissão da Indústria, Investigação e Energia (ITRE) do Parlamento Europeu [adotou](#) a sua posição sobre a proposta de revisão da Diretiva sobre o Desempenho Energético dos Edifícios (EPBD) por 49 votos contra 18, com 6 abstenções. Os seus principais objetivos são reduzir substancialmente as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e o consumo de energia no setor da construção da UE até 2030, e torná-la neutra para o clima até 2050. Visa também aumentar a taxa de renovação de edifícios energeticamente ineficientes e melhorar a informação sobre o desempenho energético.

De acordo com o texto adotado, todos os novos edifícios deverão ter emissão zero a partir de 2028, enquanto os novos edifícios ocupados, explorados ou propriedade das autoridades públicas a partir de 2026 (a Comissão propôs 2030 e 2027, respetivamente). Todos os novos edifícios devem ser equipados com tecnologias solares até 2028, sempre que tecnicamente adequado e economicamente viável, enquanto os edifícios residenciais em grande renovação têm até 2032 para cumprir.

Os edifícios residenciais teriam de atingir pelo menos a classe de desempenho energético E até 2030, e D até 2033. Os edifícios não residenciais e públicos teriam de atingir as mesmas classes até 2027 e 2030, respetivamente (a Comissão propôs F e E).

Reforma do mercado do gás: descarbonização e segurança do aprovisionamento

Os deputados europeus [apoiam](#) duas propostas legislativas para facilitar a adoção de gases renováveis e com baixo teor de carbono, incluindo o hidrogénio, no mercado de gás da UE. Na quinta-feira, a Comissão da Indústria, Investigação e Energia adotou a sua posição sobre dois atos, um regulamento e uma diretiva, destinados a facilitar o acesso à rede de gases renováveis e com baixo teor de carbono, como o biometano e o hidrogénio.

A legislação também criará um sistema de certificação para gases com baixo teor de carbono e facilitará aos consumidores a mudança dos seus contratos para gases renováveis e com baixo teor de carbono em vez de combustíveis fósseis. Nas suas alterações à diretiva, os eurodeputados dizem que os corredores de hidrogénio, identificados no Plano REPowerEU, terão de ser apoiados por infraestruturas e investimentos adequados. O objetivo é assegurar que existe capacidade transfronteiriça suficiente para estabelecer um mercado europeu integrado de hidrogénio, a chamada "infraestrutura de base de hidrogénio", e permitir que o hidrogénio circule livremente através das fronteiras.



Zelenskyy afirma que Rússia é uma grave ameaça ao modo de vida europeu

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy, [dirigiu-se](#) ao Parlamento Europeu durante uma sessão plenária extraordinária em Bruxelas, esta quinta-feira. Ao abrir a sessão, a presidente do Parlamento Europeu, [Roberta Metsola](#), disse ao líder ucraniano: “Entendemos que está a lutar não só pelos seus valores, mas pelos nossos”.

“A Ucrânia é Europa e o futuro da sua nação está na União Europeia”, prosseguiu Roberta Metsola, acrescentando que a UE deveria dar à Ucrânia um “processo de adesão o mais rápido possível” e, “como próximo passo, fornecer os sistemas de longo alcance e os jatos necessários para proteger a liberdade que muitos tomaram como um dado adquirido”.

Por seu lado, o presidente da Ucrânia sublinhou como a Rússia está a tentar aniquilar não só a Ucrânia soberana, mas também o “modo de vida” europeu. Volodymyr Zelenskyy afirmou que vê a Europa como um continente ancorado em regras, valores, igualdade e equidade e um lugar onde a Ucrânia está firmemente em casa. O Kremlin, por outro lado, está a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para destruir os valores europeus, afirmou o presidente Zelenskyy, sublinhando como a Ucrânia está a lutar e a proteger a Europa desta força antieuropeia.

Perante os eurodeputados, o presidente Zelenskyy agradeceu a todos os europeus que apoiaram a Ucrânia na luta contra o invasor russo e a todos aqueles que ajudaram os refugiados ucranianos a chegar à UE. Numa perspetiva de futuro, Zelenskyy instou a Europa e a Ucrânia a caminharem juntos e a definirem um futuro europeu comum. No entanto, sublinhou que, para que “os nossos sonhos para os nossos filhos e netos se tornem realidade, precisamos de paz e segurança. Estes sonhos não serão possíveis se não ultrapassarmos esta força antieuropeia que nos tenta roubar a nossa Europa”, concluiu.

Esta foi a primeira visita oficial do presidente Volodymyr Zelenskyy ao Parlamento Europeu, depois de ter-se dirigido à distância aos eurodeputados durante a [sessão extraordinária em 1 de março de 2022](#), pouco após a Rússia ter iniciado a sua guerra contra a Ucrânia. Zelenskyy interveio também na sessão plenária de 14 de dezembro do mesmo ano, quando o [Prémio Sakharov do Parlamento Europeu de 2022](#) foi atribuído ao corajoso povo da Ucrânia. Pode ver o discurso de novo [aqui](#).

Eurodeputados apoiam carteira digital europeia

O novo quadro de identidade digital dará aos cidadãos da UE acesso digital aos principais serviços públicos dentro das fronteiras da UE. A nova identidade eletrónica permitirá aos cidadãos identificarem-se e autenticarem-se online (através de uma carteira de identidade digital europeia) sem terem de confiar em fornecedores comerciais, como é o caso atualmente - uma prática que suscitou preocupações de fiabilidade, segurança e privacidade. Também dará aos utilizadores pleno controlo sobre os seus dados e decidirá que informação partilhar e com quem.

Nas suas alterações, os deputados europeus [propõem](#) fazer da carteira eletrónica europeia uma ferramenta que também possa ler e verificar documentos, e permitir interações. Propõem medidas para reforçar a privacidade e a segurança cibernética e para registar todas as transações de modo a assegurar a responsabilização.

A utilização da carteira europeia será voluntária. Os eurodeputados também querem proibir o tratamento diferenciado dos cidadãos que optem por não o adotar. O sistema exigiria que cada Estado-Membro notificasse pelo menos uma "carteira" ao sistema de identificação eletrónica para os tornar interoperáveis a nível da UE. O projeto de legislação inclui disposições para solicitar, obter, armazenar, combinar e utilizar com segurança dados de identificação pessoal e credenciais eletrónicas, bem como a sua utilização para autenticação online e offline e para o acesso a bens e serviços públicos e privados.

Código de Prática sobre Desinformação: novo Centro de Transparência fornece, pela primeira vez, conhecimentos e dados sobre desinformação em linha

Os signatários do [Código de Prática de Desinformação de 2022](#), incluindo todas as principais plataformas em linha (Google, Meta, Microsoft, TikTok, Twitter), lançaram o novo [Centro de Transparência](#) e publicaram pela primeira vez os relatórios de base sobre a forma como transformam em prática os [compromissos do Código](#). O novo Centro de Transparência assegurará a visibilidade e a responsabilização dos esforços dos signatários para combater a desinformação e a implementação dos compromissos assumidos ao abrigo do Código, dispondo de um repositório único onde cidadãos da UE, investigadores e ONG podem aceder e descarregar informação em linha.

Pela primeira vez, com estes relatórios de base, as plataformas estão a fornecer informações e dados iniciais extensivos, tais como: número ou valor de anúncios políticos aceites e rotulados ou rejeitados; casos de comportamentos manipuladores detetados (isto é, criação e utilização de contas falsas); e informação sobre o impacto da verificação de factos; e a nível dos Estados Membros.

Por que são importantes as novas regras da UE para a propaganda política

As tecnologias digitais modificaram bastante a propaganda política em linha que, desregulada, poderia prejudicar os direitos democráticos das pessoas. A propaganda política, tanto em linha como fora dela, desempenha um papel crucial na influência das perceções dos sistemas políticos, líderes eleitos e opiniões, especialmente antes das eleições. Nos últimos anos, a forma de fazer campanha eleitoral viu-se alterada devido às tecnologias digitais e às redes sociais que oferecem aos atores políticos um alcance massivo a baixo custo. Embora tal tenha o potencial de permitir que mais vozes sejam ouvidas, várias vezes as novas tecnologias foram mal utilizadas para espalhar informações falsas, fragmentar o debate político e manipular os eleitores.

As possibilidades e desafios crescentes dos [megadados](#) têm um papel fundamental. Quando as pessoas usam plataformas de redes social e outros provedores de serviços digitais, estas podem recolher dados pessoais. Os dados recolhidos podem ser usados para definir as preferências, estilos de vida e interesses dos utilizadores e permitir o microdirecionamento. Para ajudar a construir uma esfera digital mais segura e justa, o Parlamento Europeu adotou [a Lei dos Serviços Digitais e a Lei dos Mercados Digitais](#) em 2022.

Em fevereiro de 2023, o Parlamento [apoiou](#) uma proposta de regras complementares destinadas a evitar a propaganda política abusiva, em linha e fora de linha. Os negociadores do Parlamento pretendem chegar a um acordo sobre estas regras com os países da UE a tempo das eleições europeias de 2024.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e direitos

Grupo de Alto Nível apresenta recomendações sobre o futuro da proteção social e do Estado social

O comissário europeu para o Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, participou num [evento](#) onde o Grupo de Alto Nível sobre o futuro da proteção social e do Estado-Providência na UE apresentou o seu [relatório final e recomendações](#), seguido de uma discussão com os participantes. O [grupo de peritos](#) é presidido por Anna Diamantopoulou, antiga comissária europeia para o Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, e é composto por peritos independentes com experiência na área da proteção social e áreas afins. O grupo examinou formas de reforçar a proteção social, tanto a nível nacional como europeu, a fim de responder, por exemplo, às alterações demográficas, ao impacto das novas formas de trabalho e às transições digitais e ecológicas.

O relatório do Grupo de Alto Nível faz 21 recomendações para melhorar os sistemas de proteção social e os estados sociais em seis áreas: apoio a crianças, jovens e famílias; garantia de proteção social inclusiva e aprendizagem ao longo da vida; apoio a rendimentos adequados e cuidados de longa duração de qualidade para pessoas idosas; promoção de serviços inclusivos e de qualidade; garantia de financiamento sustentável para um estado social resiliente; e reforço da capacidade da UE de proporcionar proteção social no futuro.



Indústria

Lei de Dados: eurodeputados apoiam novas regras para o acesso e utilização justa de dados industriais

A "Lei de Dados" visa impulsionar a inovação através da remoção de barreiras que impedem o acesso dos consumidores e das empresas aos dados. O projeto de legislação, [adotado](#) na quinta-feira na Comissão da Indústria, Investigação e Energia do Parlamento Europeu, contribuiria para o desenvolvimento de novos serviços, em particular no setor da inteligência artificial, onde são necessárias enormes quantidades de dados para a formação em algoritmos. Pode também conduzir a melhores preços para serviços pós-venda e reparações de dispositivos conectados.

Os eurodeputados adotaram medidas para permitir aos utilizadores o acesso aos dados por eles gerados, uma vez que 80% dos dados industriais nunca são utilizados, de acordo com a Comissão Europeia. Querem também assegurar que os acordos contratuais estejam no centro das relações *business-to-business*.

As empresas podem decidir que dados podem ser partilhados, e o fabricante opta por não disponibilizar certos dados "por conceção". Quando as empresas redigem os seus contratos de partilha de dados, a lei reequilibrará o poder de negociação a favor das PME, protegendo-as de cláusulas contratuais injustas impostas por empresas que se encontram numa posição de negociação significativamente mais forte.

O texto também define como os organismos públicos podem aceder e utilizar dados na posse do setor privado que sejam necessários em circunstâncias excecionais ou de emergência, tais como inundações e incêndios florestais. Os eurodeputados reforçaram as disposições para proteger os segredos comerciais e evitar uma situação em que um maior acesso aos dados seja utilizado pelos

concorrentes para serviços ou dispositivos de retro-engenharia. Também estabeleceram condições mais estritas para os pedidos de dados entre empresas e governos.



Instituições e alargamento

Conclusões da reunião extraordinária do Conselho Europeu

Num dia marcado pela presença do presidente da Ucrânia, os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia [afirmaram](#), entre outros, que «o Conselho Europeu reitera a sua firme condenação da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, que constitui uma violação manifesta da Carta das Nações Unidas. A guerra brutal da Rússia, que já dura há quase um ano, tem infligido enorme sofrimento e destruição à Ucrânia e à sua população. A Rússia tem de cessar imediatamente esta guerra atroz. A União Europeia estará ao lado da Ucrânia, prestando-lhe um apoio sem falhas, todo o tempo que for preciso.»

A [reunião](#) teve ainda como tema base a problemática migratória. Assim, os líderes europeus referiram que «os planos de ação existentes para as rotas dos Balcãs Ocidentais e do Mediterrâneo Central deverão ser executados. A Comissão deve apresentar, com carácter prioritário, planos de ação para as rotas do Atlântico, do Mediterrâneo Ocidental e do Mediterrâneo Oriental, com vista a aliviar rapidamente a pressão sobre os Estados-Membros mais afetados e a prevenir eficazmente as chegadas irregulares. O relacionamento da UE e dos Estados-Membros com os países de origem e de trânsito será intensificado de forma coordenada, nomeadamente, através de contactos de alto nível, com o objetivo de reforçar as suas capacidades de gestão das fronteiras, evitar os fluxos irregulares, desmantelar o modelo de negócio dos passadores, inclusive através de campanhas de informação estratégicas, e aumentar os regressos. Para o efeito, deverá fazer-se o melhor uso possível das consultas nos fóruns de cooperação com países terceiros, bem como do financiamento ao abrigo do IVCDCl – Europa Global e de outros instrumentos pertinentes. A União Europeia continuará a apoiar os parceiros no combate às causas profundas da migração irregular e no que diz respeito à migração segura, regular e ordenada. A cooperação com as organizações internacionais, nomeadamente a OIM e o ACNUR, deverá continuar a ser reforçada.»

UE e a República da Moldávia reforçam o compromisso e a cooperação em matéria de reformas

No 7º Conselho de Associação UE-Moldávia [reafirmou-se](#) a forte parceria e o compromisso de reforçar a associação política e aprofundar a integração económica da Moldávia com a UE, no contexto do estatuto de país candidato da Moldávia e no quadro do Acordo de Associação e da sua Área de Comércio Livre Profunda e Abrangente (DCFTA).

O Conselho de Associação foi presidido pela primeira-ministra da República da Moldávia, Natalia Gavrilița. O alto representante Josep Borrell chefiou a delegação da UE. O comissário para a Vizinhança e o Alargamento, Olivér Várhelyi, também participou.

A UE e a Moldávia reconfirmaram também a sua forte parceria através de uma série de ações concretas. Isto foi confirmado na Declaração Conjunta publicada após a reunião. Os participantes discutiram a implementação de reformas pela Moldávia ao abrigo do Acordo de Associação UE-Moldávia durante o ano passado, tal como delineado no Relatório de Implementação da Associação sobre a Moldávia. Em 2022, apesar do profundo impacto das consequências da agressão militar russa contra a Ucrânia, a Moldávia fez progressos em várias áreas-chave como a justiça e a luta contra a corrupção. Neste contexto, a UE intensificou consideravelmente o seu apoio à resiliência global da Moldávia.



Investigação e inovação científica, ciência

Fundo do Conselho Europeu da Inovação injeta 331 milhões de EUR de capitais próprios em empresas europeias de tecnologia profunda

O Fundo do Conselho Europeu da Inovação ([Fundo CEI](#)) [tomou](#) 42 novas decisões de investimento em empresas de tecnologia profunda, num total de 331 milhões de EUR, [desde o último anúncio](#), em novembro de 2022. [Treze empresas](#) já assinaram acordos de investimento. Trata-se de empresas pioneiras em fase de arranque que estão preparadas para levar até aos cidadãos e às empresas inovações revolucionárias: um novo tipo de *software* de visão computacional e tecnologias robóticas para cirurgias ortopédicas; tecnologias de pesquisa visual para empresas e aplicações industriais; reconstrução autóloga da mama com os próprios tecidos dos pacientes; fotónica inovadora; produção alimentar melhorada com menos emissões; e o primeiro analisador de gases universal miniaturizado para todos os gases renováveis.

Trata-se de um avanço significativo, uma vez que o Fundo CEI está agora plenamente operacional. Desde a nomeação de um gestor externo de fundos, em setembro de 2022, o Fundo CEI tomou, no total, 77 decisões de investimento em empresas de tecnologia profunda, no montante de mais de 521 milhões de EUR, ajudando empresas em fase de arranque de alto risco a colocar as suas tecnologias inovadoras no mercado e expandir-se em domínios estratégicos para a Europa.

O Fundo CEI, a componente de investimento do [Acelerador do CEI](#), constitui uma importante fonte de financiamento para as empresas em fase de arranque e as pequenas empresas na Europa. Os investimentos em capitais próprios, que vão de 500 mil EUR a 15 milhões de EUR por empresa (mais, em casos justificados), complementam o financiamento sob a forma de subvenção do

Acelerador do CEI, que pode ascender a 2,5 milhões de EUR. Até agora, no âmbito do Horizonte Europa, 269 das 378 empresas selecionadas assinaram convenções de subvenção. Atualmente, o CEI está a cumprir o objetivo fixado pelo Comité CEI de assinar as convenções de subvenção com as empresas selecionadas no prazo de 4 a 5 meses.



Juventude

Concurso para jovens tradutores da UE revela os 27 vencedores deste ano

A Comissão Europeia [felicitou](#) os 27 jovens vencedores do décimo sexto concurso de tradução *Juvenes Translatores*, destinado a alunos do ensino secundário. Este ano, 2 883 participantes puseram à prova as suas competências linguísticas, optando por traduzir um texto entre quaisquer duas das 24 línguas oficiais da UE. Das 552 combinações linguísticas possíveis, os alunos de 681 escolas utilizaram 141 combinações, incluindo de espanhol para esloveno e de polaco para dinamarquês.

Os alunos que participaram no concurso tiveram a oportunidade de descobrir a tradução. Como afirmaram os participantes de uma escola em Espanha: «*O nosso professor de inglês é um antigo tradutor e gostámos imenso de todo o processo de preparação. Praticámos com textos de anos anteriores e aprendemos muito sobre os desafios da tradução nas instituições da UE. Até planeámos uma visita a uma universidade que tem licenciaturas em tradução para descobrirmos mais sobre todo este mundo.*»

Os tradutores da Comissão Europeia selecionaram 27 vencedores, um de cada país da UE, bem como 287 alunos que receberam menções honrosas pelas suas traduções excecionais. A cerimónia de entrega dos prémios dos 27 vencedores terá lugar em Bruxelas, em 31 de março de 2023.

Desde 2007, a Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia organiza anualmente o concurso *Juvenes Translatores* (expressão latina que significa «jovens tradutores»). Ao longo dos anos, o concurso tem sido uma experiência que pode mudar a vida de muitos dos participantes e vencedores. Alguns decidiram estudar tradução na universidade, outros integraram o serviço de tradução da Comissão Europeia como estagiários ou tradutores a tempo inteiro.



Mar e pescas

Iniciativa de Cidadania Europeia: Comissão Europeia recebeu organizadores da iniciativa "Stop Finning - Stop the Trade"

O comissário europeu do Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginijus Sinkevičius, [reuniu-se](#) com os organizadores da Iniciativa de Cidadania Europeia "Stop Finning - Stop the Trade", depois desta ter recolhido e apresentado à Comissão Europeia mais de 1,1 milhões de assinaturas em apoio à iniciativa. Esta é a oitava Iniciativa de Cidadania Europeia bem-sucedida até à data. Como com todas as iniciativas bem-sucedidas, a Comissão convidou os organizadores a apresentar, em Bruxelas, as suas ideias com mais detalhe.

A iniciativa "Stop Finning - Stop the Trade" convida a Comissão Europeia a propor medidas legais para acabar com o comércio de barbatanas de tubarão na UE, incluindo a importação, exportação e trânsito de barbatanas diferentes das que estão naturalmente ligadas ao corpo do animal.

Os organizadores irão então apresentar e debater a iniciativa numa audiência pública no Parlamento Europeu. Com base numa avaliação exaustiva, a Comissão terá até 11 de julho de 2023 para responder à iniciativa, descrevendo as medidas que tenciona adotar.



Proteção civil

Proteção civil: UE define os objetivos em matéria de resiliência a catástrofes

A Comissão Europeia adotou uma [recomendação](#) e uma [comunicação](#) que estabelecem objetivos comuns para reforçar a resiliência a catástrofes no âmbito da proteção civil. Tal inclui formas de preparar melhor os países europeus para os riscos naturais, nomeadamente sismos, inundações e incêndios florestais, para citar alguns exemplos. Tendo em conta a rápida evolução do panorama de riscos, os objetivos europeus em matéria de resiliência a catástrofes procuram melhorar a capacidade da UE, dos seus Estados-Membros e dos Estados participantes no Mecanismo de Proteção Civil da UE para antecipar futuras catástrofes e emergências de grandes proporções e resistir aos seus efeitos. Para isso, e em estreita cooperação com os Estados-Membros, a Comissão Europeia identificou cinco objetivos a prosseguir coletivamente.

Para começar a concretizar estes objetivos, a Comissão Europeia está a lançar cinco iniciativas emblemáticas, uma no âmbito de cada objetivo. Por exemplo, uma iniciativa emblemática consistirá em lançar o *preparEU*, um programa pan-europeu de sensibilização para a resiliência a catástrofes, dirigido aos cidadãos europeus.

Quando a gravidade da situação de emergência sobrecarrega as capacidades de resposta do país em causa, este pode recorrer ao [Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia](#) para obter ajuda. Uma vez ativado, o [Centro de Coordenação de Resposta de](#)

[Emergência](#) da UE coordena e financia a assistência disponibilizada pelos Estados-Membros da UE e por oito outros Estados participantes (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Islândia, Montenegro, Macedónia do Norte, Noruega, Sérvia e Turquia) através de ofertas espontâneas. Os objetivos da União em matéria de resiliência a catástrofes definem domínios prioritários e objetivos específicos conexos para reforçar esta vertente do Mecanismo de Proteção Civil da UE e dos Estados-Membros. Os objetivos são uma base de referência comum não vinculativa para apoiar ações de prevenção e preparação em caso de catástrofes que afetem simultaneamente dois ou mais países.

Terramoto na Turquia e na Síria

O sismo de magnitude 7,8 que abalou a Turquia e a Síria já vitimou milhares de pessoas, enquanto muitas ainda se encontram bloqueadas sob os escombros. Após a ativação do [Mecanismo de Proteção Civil da UE](#) pela Turquia, 19 Estados-Membros da UE (Áustria, Bulgária, Croácia, Chipre, Chéquia, Estónia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Itália, Malta, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia e Espanha), juntamente com a Albânia e o Montenegro, [prontificaram-se](#) a enviar equipas em coordenação com o [Centro de Coordenação de Resposta de Emergência da UE](#) e as autoridades turcas.

25 equipas de busca e salvamento deslocaram-se para as zonas mais atingidas na Turquia, a fim de ajudar os primeiros intervenientes no terreno. Além disso, foram enviadas duas equipas médicas através do Mecanismo de Proteção Civil da UE para prestar cuidados de saúde de emergência às pessoas afetadas. No total, os países europeus disponibilizaram 1185 socorristas e 79 cães de busca. Estes números poderão ainda incrementar-se.

O [Centro de Coordenação de Resposta de Emergência da UE](#) mobilizou também uma equipa de proteção civil da UE composta por peritos de 11 Estados-Membros que foram imediatamente destacados para a Turquia a fim de prestar apoio nas operações. Na Síria, a UE está em contacto com a sua rede de parceiros humanitários e vai financiar organizações humanitárias que estão a realizar operações de busca e salvamento, fornecendo também água e apoio em termos de saneamento e distribuindo cobertores e artigos de higiene nas zonas afetadas. Estão também a avaliar o nível de danos e necessidades na Síria decorrentes do terramoto, a fim de adaptar a sua resposta. A UE está a ponderar todas as opções viáveis para mobilizar recursos adicionais no interior da Síria a fim de apoiar as populações afetadas.

Sismo na Turquia e na Síria: Presidência do Conselho aciona o IPCR

A 6 de fevereiro de 2023, a Presidência sueca [decidiu](#) ativar o Mecanismo Integrado de Resposta Política a Situações de Crise (IPCR) para coordenar as medidas de apoio da UE na sequência do sismo na Turquia e na Síria, em estreita colaboração com a Comissão Europeia. Realizou-se hoje uma reunião de coordenação.

O mecanismo IPCR reforça a capacidade da União Europeia para tomar decisões rápidas em caso de graves crises transeitoriais que exigem uma resposta a nível da UE. Através deste mecanismo, a Presidência do Conselho coordena a resposta política às situações de crise, reunindo as instituições da UE, os Estados-Membros e outros intervenientes principais. O mecanismo IPCR foi aprovado pelo Conselho em 25 de junho de 2013. Em dezembro de 2018, o Conselho adotou uma decisão que o codifica num ato jurídico.

Incêndios: UE envia mais de 250 especialistas em emergência para o Chile

Na sequência de um pedido de assistência do Chile, França, Portugal e Espanha [estão](#) a destacar mais de 250 bombeiros, peritos de coordenação e pessoal médico para as áreas mais afetadas através do Mecanismo de Proteção Civil da UE. Numerosos incêndios florestais estão a arder no centro e sul do Chile devido às temperaturas elevadas.

No início deste ano, a UE já canalizou 100 mil euros em ajuda de emergência para apoiar a Cruz Vermelha chilena a trabalhar com as pessoas afetadas pelos incêndios de finais de dezembro na parte superior da Região de Valparaíso, a 120 km de Santiago. O Centro de Coordenação de Resposta a Emergências da UE está em contacto constante com as autoridades chilenas para canalizar mais assistência e a UE está pronta a fornecer mais ajuda, conforme solicitado.

Dia Europeu do 112: sensibilização para o número único de emergência europeu 112

Celebra-se anualmente, a 11 de fevereiro, o Dia Europeu do 112, dedicado à sensibilização para o número único de emergência 112 da UE e ao reconhecimento do trabalho de todos aqueles que [contribuem](#) para os serviços de emergência. Numa emergência, os cidadãos podem contactar os serviços nacionais de emergência a partir de qualquer ponto da UE, marcando o mesmo número - 112.

Os avanços na tecnologia estão a permitir um acesso melhor e mais eficiente para ajudar em situações de emergência. Em dezembro de 2022, a Comissão propôs [novas medidas para melhorar o acesso aos serviços de emergência em toda a UE](#). Estas regras convidam os Estados-membros a atualizar os centros nacionais de chamadas de emergência em conformidade com os mais recentes desenvolvimentos tecnológicos e a melhorar a informação sobre a localização das chamadas, o acesso dos utilizadores finais com limitações e o encaminhamento das chamadas de emergência para os centros de chamadas de emergência mais adequados. Convidam igualmente os Estados-Membros a cooperar com a Comissão Europeia para definir requisitos comuns de interoperabilidade para aplicações de comunicação de emergência. As regras propostas foram enviadas ao Parlamento Europeu e ao Conselho para um período mínimo de revisão de dois meses, após o qual entrarão em vigor.

Comité das Regiões Europeu aprova, em reunião plenária, o projeto de parecer “Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE”

O projeto de parecer “[Dar prioridade às pessoas, garantir o crescimento sustentável e inclusivo, realizar o potencial das regiões ultraperiféricas da UE](#)”, cujo relator foi o subsecretário regional da Presidência do Governo Regional dos Açores, Pedro de Faria e Castro, foi [aprovado](#) por unanimidade durante a [153.ª sessão plenária do Comité das Regiões](#), que decorreu em Bruxelas entre os dias 8 e 9 de fevereiro.

“Agora é tempo de implementar rapidamente os compromissos da Comissão para com estas regiões. Estou certo de que este parecer do Comité das Regiões é mais um passo decisivo para a concretização das respostas imediatas essenciais para fazer face ao contexto atual e aos tempos desafiantes que temos pela frente, e que impactam particularmente as regiões mais fragilizadas como as RUP”, [declarou](#) Pedro de Faria e Castro.

“Setores como a agricultura, as pescas ou o turismo são a base da atividade económica das RUP que garante o sustento das famílias insulares. É fundamental a mobilização e reforço das políticas europeias para fazer face aos desafios com que se deparam os sectores tradicionais das RUP”, sublinhou o subsecretário regional. Para Pedro de Faria e Castro, “é preciso não esquecer que as RUP são territórios que, no atual quadro geopolítico e de alterações sistémicas da economia europeia e internacional, oferecem um manancial de oportunidades à União Europeia”. E prossegue o governante: “É impossível capitalizar este potencial sem colmatar as fragilidades e os constrangimentos estruturais destes territórios, que requerem a adaptação das políticas europeias”.

As RUP da UE são territórios permanentemente confrontados com constrangimentos estruturais, identificados no artigo 349.º do TFUE, com um impacto evidente e direto em setores fundamentais e que moldam a vida contemporânea. A estratégia da Comissão Europeia dá prioridade às pessoas e propõe medidas concretas para melhorar as condições de vida dos cinco milhões de habitantes dessas regiões: favorecer as transições ecológica e digital e tirar partido das suas vantagens únicas, de que são exemplo populações jovens, extensas zonas marítimas, biodiversidade única e potencial de investigação.

Aprovados relatórios de parecer das comissões BUDG e EMPL do Parlamento Europeu respeitantes às RUP

Durante a manhã da passada quinta-feira foi [votado](#) o projeto de parecer da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu sobre as Regiões Ultraperiféricas. O autor do [projeto original](#) foi o eurodeputado José Manuel Fernandes. O projeto de parecer foi aprovado na generalidade com 32 votos a favor e duas abstenções. Os [compromissos 1, 2, 3, e 4](#) foram todos aprovados, assim como a proposta de alteração 9. Na quarta alteração de compromisso submetida a votos referia-se que se «destaca o sucesso do Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI) e convida a Comissão a replicar este instrumento noutros setores, tais como transportes, com dotações financeiras adicionais no QFP pós-2027; lamenta profundamente o facto da incorporação de Mayotte na UE em 2014 ainda não ter dado origem a um aumento do financiamento do POSEI; reitera a importância de aumentar as dotações do POSEI agricultura no futuro».

O relatório de parecer do eurodeputado Max Orville (FR, RENEW) da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL) do Parlamento Europeu já tinha sido, por sua vez, [adotado](#) (35 votos a favor e 2 contra) na segunda-feira, dia 6 de fevereiro, e "solicita à Comissão que avalie se as RUP poderão beneficiar de zonas económicas especiais, bem como o seu impacto económico, social, ambiental e fiscal, e que facilite a sua criação, se necessário". Esta medida ambiciosa foi objeto de muito debate na EMPL, mas foi finalmente adotada por uma maioria dos membros presentes.

Estes pareceres agora aprovados serão considerados na redação do relatório principal sobre as RUP que está a cargo da Comissão do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, cujo relator é o eurodeputado Álvaro Amaro, desempenhando a eurodeputada Isabel Carvalhais a função de relatora para o Grupo dos Socialistas e Progressistas.



Saúde

Missão da UE contra o cancro: Comissão Europeia organizou conferência sobre a resposta às necessidades dos jovens sobreviventes do cancro

A Comissão Europeia acolheu a conferência inaugural sobre "[Responder às necessidades dos jovens sobreviventes do cancro](#)", que se centrou nos sobreviventes do cancro da infância, adolescência e jovens adultos. Este evento realizou-se em Bruxelas e remotamente, como parte da [missão da UE sobre o cancro](#) e proporcionou uma plataforma para os sobreviventes de cancro infantil, adolescente e jovem adulto partilharem as suas experiências e chamarem a atenção para o impacto da doença na sua qualidade de vida. Paralelamente, como parte das ações sobre o cancro infantil no âmbito do [Plano Europeu para Superar o Cancro](#), foi lançada

em fevereiro de 2022 uma Rede Europeia de Jovens Sobreviventes para ajudar a melhorar a qualidade de vida dos jovens sobreviventes do cancro.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

África Ocidental e Central: UE atribui 181,5 milhões de euros para ajuda humanitária em 2023

A UE [atribuiu](#) este ano 181,5 milhões de euros para ajuda humanitária na África Ocidental e Central, uma vez que esta região continua a enfrentar crises prolongadas, impulsionadas por conflitos e agravadas por outros fatores como as alterações climáticas e o pico global dos preços dos alimentos. Foram anunciadas novas dotações para o Burkina Faso (25,5 milhões de euros), Mali (26 milhões de euros), Mauritânia (6,5 milhões de euros) e República Centro-Africana (20,5 milhões de euros), juntamente com uma dotação regional de 500 mil euros. Estes acrescem ao financiamento da UE já prometido para a Nigéria (34 milhões de euros), Níger (25 milhões de euros), Chade (26,5 milhões de euros) e Camarões (17 milhões de euros) no mês passado, durante a Conferência de Alto Nível sobre a Região do Lago Chade, realizada em Niamey.

UE - Macedónia do Norte: Comissão propõe uma ajuda de até 100 milhões de euros para a Macedónia do Norte

A Comissão Europeia [propôs](#) fornecer até 100 milhões de euros em Assistência Macrofinanceira (AMF) à Macedónia do Norte. Com esta proposta, a Comissão está ao lado da Macedónia do Norte em tempos difíceis, pois, na sequência da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, o equilíbrio externo do país deteriorou-se rapidamente devido à sua elevada dependência das importações de combustível e eletricidade. A Macedónia do Norte enfrenta também grandes necessidades de pagamento da dívida externa em 2023, num contexto de condições de financiamento difíceis.

A assistência proposta contribuiria para cobrir as necessidades de financiamento da Macedónia do Norte em 2023 e 2024, apoiando tanto a sustentabilidade fiscal como as reformas estruturais. A proposta acompanha um programa de apoio de 24 meses concluído com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no montante máximo de 530 milhões de euros.

A assistência assumiria a forma de empréstimos, a serem pagos em duas parcelas. Estes dois pagamentos seriam condicionados à implementação de medidas políticas que têm de ser acordadas entre a Macedónia do Norte e a UE num Memorando de Entendimento. O Memorando de Entendimento deverá centrar-se nas reformas políticas nas áreas da governação fiscal, política fiscal, gestão do investimento público, parcerias público-privadas, ambiente empresarial, transparência nos auxílios estatais, eficiência energética, reforma judicial, e luta contra a corrupção. Os pagamentos seriam também condicionados a um historial positivo na implementação do programa do FMI. Estas reformas irão apoiar a Macedónia do Norte no seu caminho para a adesão à UE.

Terramoto: UE mobiliza mais ajuda de emergência para a Síria e para a Turquia

Na sequência dos múltiplos terremotos na Turquia e na Síria no início desta semana, a União Europeia [prestará](#) apoio de emergência adicional a ambos os países através do Mecanismo de Proteção Civil da UE e assistência humanitária de emergência no valor de 6,5 milhões de euros. Esta é uma das maiores operações de busca e salvamento de sempre da UE através do Mecanismo de Proteção Civil da UE.

Comissão Europeia e Presidência sueca do Conselho organizarão uma Conferência de Doadores para os afetados da Síria e da Turquia

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o primeiro-ministro da Suécia, Ulf Kristersson, [anunciaram](#) a sua intenção de organizar uma Conferência de Doadores, em coordenação com as autoridades turcas, para mobilizar fundos da comunidade internacional, na sequência do devastador terremoto desta semana. O evento seria organizado em março em Bruxelas.

A Conferência de Doadores ajudará a mobilizar a comunidade internacional para lidar com as consequências dos devastadores terremotos desta semana. O objetivo da Conferência de alto nível, que estará aberta aos Estados-Membros da UE, países vizinhos, membros da ONU, instituições financeiras internacionais e outras partes interessadas relevantes, é coordenar a resposta dos doadores e angariar recursos para apoiar a rápida recuperação e socorro nas áreas afetadas turcas e sírias.



Tecnologia, informática e comunicações

UE-Índia: novo Conselho de Comércio e Tecnologia para assumir a liderança na transformação digital, nas tecnologias ecológicas e no comércio

A UE e a Índia [reforçaram](#) a sua relação enquanto parceiros estratégicos com a criação de um novo Conselho de Comércio e Tecnologia (CCT). O novo CCT aprofundará a cooperação estratégica entre os dois parceiros nos domínios do comércio e da tecnologia. Surge na sequência do [anúncio](#) feito pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e pelo primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, a 25 de abril de 2022, em Nova Deli. Será copresidido, do lado da UE, pelos vice-presidentes

executivos Margrethe Vestager e Valdis Dombrovskis e, do lado indiano, por Subrahmanyam Jaishankar, ministro dos Assuntos Externos, Piyush Goyal, ministro do Comércio e da Indústria, e Ashwini Vaishnav, ministro da Eletrônica e das Tecnologias da Informação.

As três vertentes das negociações bilaterais sobre comércio, investimento e indicações geográficas prosseguirão separadamente do CCT. O [diálogo de alto nível sobre comércio e investimento](#) continuará a ser o principal órgão de orientação destas negociações. Além disso, o [Fórum de Alto Nível UE-Índia sobre o Investimento Digital](#) poderá ser organizado à margem da primeira reunião ministerial do CCT.

A parceria com a Índia é uma das relações mais importantes para a próxima década, sendo o seu reforço, nomeadamente através do CCT, uma prioridade. A cooperação no âmbito do CCT deverá incidir em questões-chave de importância estratégica comum, incluindo o comércio, a tecnologia de confiança e a segurança, nomeadamente no que diz respeito aos desafios colocados pelos modelos de governação concorrentes. Neste contexto, a cooperação em matéria de investigação e inovação é importante para explorar o seu potencial. O Conselho de Comércio e Tecnologia UE-Índia representa, para a UE, o segundo fórum bilateral deste tipo e, para a Índia, o primeiro fórum estabelecido com um parceiro. A UE e os EUA [lançaram um CCT](#) em junho de 2021. O CCT UE-Índia complementar as [parcerias digitais](#) já lançadas com parceiros asiáticos no âmbito da [Estratégia da UE para a Cooperação no Indo-Pacífico](#).



Turismo

Auxílios estatais: Comissão Europeia autoriza um regime francês de 1,5 mil milhões de euros para proteger os operadores turísticos contra a insolvência

A Comissão Europeia [autorizou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime francês de 1,5 mil milhões de euros para apoiar as seguradoras que oferecem proteção contra a insolvência aos operadores turísticos. O regime destina-se a salvaguardar a proteção dos viajantes em caso de insolvência de um operador turístico.

A França notificou a Comissão da sua intenção de criar um fundo público de garantia com um orçamento de 1,5 mil milhões de euros (o "fundo de garantia"). Isto irá cobrir seguradoras e outros garantes em caso de insolvência dos operadores turísticos. O regime visa proporcionar um seguro adequado contra a insolvência, suficiente para (i) reembolsar os viajantes por quaisquer montantes pagos por serviços não prestados devido à insolvência do organizador e (ii) financiar o seu possível repatriamento. Esta proteção para os viajantes é proporcionada pela [Diretiva da UE relativa às viagens organizadas](#).

Ao abrigo do regime, as seguradoras transferirão 75% dos seus prémios para o fundo de garantia, que por sua vez cobrirá 75% das perdas potenciais, até um total máximo de 1,5 mil milhões de euros. Além disso, as seguradoras serão compensadas pelos custos de funcionamento da proteção contra a insolvência. A medida está aberta a todas as seguradoras e outros garantes que ofereçam proteção contra a insolvência dos operadores turísticos. Para beneficiar do regime, as seguradoras e outros garantes devem ser legalmente autorizados a operar na França e oferecer proteção contra a insolvência dos operadores turísticos aprovados pela Agência Francesa de Desenvolvimento Turístico. O regime funcionará até 31 de dezembro de 2023.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2023.



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



Agricultura



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



BEI



Biológico



Comércio, concorrência



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da UE](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!